NOVA REITORIA: Demandas dos docentes parte de problemas estruturais na universidade

Página 02

APUB SINDICATO

CUT BAHIA PROIFES

Jornal APUB SINDICATO

Nº 87 | JUNHO 2026 | GESTÃO 2024 - 2026

apubsindicato ApubSindicato apub.sindicato

SOMOS UNIÃO, RESISTÊNCIA E LUTA



Imagem: ascom@apub.org.br

À direita, Antônio de Lisboa Ribeiro Filho, professor da Escola de Medicina Veterinária da UFBA

Entre o direito e a comprovação: a busca pelo adicional de insalubridade

Páginas 4 e 5

Acesse o QRCode e filie-se

Violência que não tem fim: Protocolo demora a resolver casos de assédio e estende dor das vítimas

Páginas 03

Categoria Docente: Consulta traz à tona pautas decisivas para o segmento

Páginas 06 e 07

Atos e Ações: APUB fortalece mobilizações e pautas da categoria

Página 08

EDITORIAL

APUB unida com as pautas docentes

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma histórica eleição para a reitoria da UFBA. A APUB marcou presença, realizando uma consulta pública intitulada "Docência em Debate: Escuta Sindical para as eleições da UFBA". A consulta teve como objetivo contribuir para os debates e levar até os candidatos questões que afetam as/os docentes em sua dimensão subjetiva e laboral, contemplando tanto desafios estruturais e de longo prazo quanto às demandas imediatas do cotidiano universitário. Essa edição do jornal da APUB foi pensada a partir da escuta dessas demandas. Leia sobre a consulta na matéria das páginas 6 e7.

Os desafios da garantia do direito ao adicional de insalubridade e à contagem de tempo especial para aposentadoria são os temas da matéria das páginas 4 e 5. Você vai conhecer a história de docentes que, apesar de lecionarem em situações insalubres, não conseguem acessar o que lhes é de direito. Apesar do desgaste, a judicialização é muitas vezes um caminho necessário e a Assessoria Jurídica da APUB apoia todas/os as/os filiadas/os que necessitam de apoio nesta difícil tarefa. Leia nas páginas 4 e 5.

Enfrentar o assédio é outra prioridade da APUB e da categoria, que aparece na consulta e que deve ser tratado com a máxima prioridade. A Universidade deu início à criação de uma política e o Sindicato fez a sua parte, contribuindo por meio de sua assessoria jurídica, de modo a garantir que o melhor interesse das/os docentes esteja assegurado. Na matéria da página 3, trazemos dados sobre o assunto, além de discutir estratégias de acolhimento e informações da Ouvidoria das Mulheres.

Um Sindicato também é feito de dia a dia e por isso trazemos, na página 8, registros de eventos dos quais a APUB e seus diretores estiveram presentes. São momentos de confraternização, informação, serviço à/ao filiada/o: Seja no carnaval, no 8 de março ou orientando a categoria na realização de seu imposto de renda. Mas são, principalmente, momentos de luta deste Sindicato que há quase 58 anos está em luta por uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Esse trabalho não se faz sozinho. Em cada uma dessas ações, a diretoria da APUB está presente representando a base e é desta base que tiramos a força e a legitimidade de representar as/os docentes das instituições federais de ensino superior da Bahia. O segundo semestre de 2026 nos desafia, em alto e bom som, a defender nossa democracia e nossa soberania. Por isso, fica o nosso convite: junte-se a nós. Filie-se a APUB e participe conosco dessa luta. ■

ARTIGO

O QUE AS/OS DOCENTES DA UFBA ESPERAM DA NOVA REITORIA

A Universidade Federal da Bahia — a primeira e maior universidade do Estado e uma das mais importantes do Nordeste — foi a primeira a escolher pelo voto direto seus dirigentes máximos, após a sanção da Lei nº 15.367, em 30 de março, que extinguiu a lista tríplice e vinculou a nomeação do/a reitor/a à escolha da comunidade universitária. Após um período alongado de convergências e pautas comuns, o pleito ocorrido em 20 e 21 de maio, com quatro chapas inscritas, se realizou em ambiente conflagrado, judicializado e marcado por um debate capturado mais por disputas personalistas do que pela análise e comparação de propostas.

Em razão desse contexto, a APUB promoveu uma consulta às professoras e professores para avaliação de pautas sistematizadas previamente, resultado do acúmulo da própria ação política da entidade, cobrindo questões que afetam as/os docentes em variadas dimensões. A consulta também facultou às/aos participantes manifestação espontânea para indicação de tópicos ou temas não elencados, algumas das quais estão destacadas nesta edição, ainda que anonimamente.

O resultado da consulta indica uma comunidade acadêmica plenamente consciente de seus problemas estruturais, destacando-se, de forma recorrente, a questão orçamentária. Observa-se uma percepção consolidada de crise permanente, que persiste independentemente das mudanças nos cenários políticos. A insuficiência de recursos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) — incluindo perdas salariais e erosão de direitos previdenciários de docentes e técnicos — tem produzido impactos significativos no cotidiano acadêmico, como instabilidade das políticas de permanência estudantil, precarização das condições de trabalho e sucateamento de infraestruturas essenciais. Nesse contexto, a crescente dependência de mecanismos descentralizados de financiamento, como as emendas parlamentares, que tendem a responder a demandas pontuais e a gerar distribuição desigual de recursos, pode ser interpretada como um sintoma do enfraquecimento das prerrogativas do poder executivo em sua relação com o legislativo, ainda que as decisões orçamentárias na área da educação permaneçam, em última instância, sujeitas à mediação parlamentar.

A crise orçamentária também coincide com a expansão e a interiorização da rede federal de ensino superior, e a ampliação — ainda parcial — do acesso de grupos historicamente excluídos, processo integrado a um cenário mais amplo que atinge os próprios sentidos da educação universitária: reconfigurações geopolíticas, transformações tecnológicas e as mudanças no mundo do trabalho vêm afetando as universidades em dimensões ainda mal compreendidas, sobretudo diante de sua relação com a soberania nacional, a produção e circulação do conhecimento e a formação das subjetividades.

Os resultados da consulta também revelam um corpo docente mobilizado por temas sensíveis, que indicam uma comunidade altamente comprometida com sua vocação constitucional de promover a ciência e a educação de excelência, mas afetada pela sobrecarga e burocratização do trabalho, adoecimento físico e mental, precarização da infraestrutura e necessidade de maior transparência e participação nas decisões institucionais. As respostas também evidenciam disputas em torno do projeto de universidade pública e sua governança, envolvendo questões de inclusão, gestão da carreira e enfrentamento ao assédio, compondo um retrato marcado simultaneamente por crítica institucional e anseio pelo fortalecimento da democracia universitária.

O Prof. João Carlos e a Prof.ª Jamile, a quem desejamos uma gestão exitosa e fértil, administrarão uma universidade com desafios, limites, possibilidades e algum orçamento. A comunidade docente, no entanto, precisa sustentar posicionamento claro sobre suas demandas e expectativas, para continuamente incidir sobre a gestão, em conformidade com os princípios democráticos que pautaram o período eleitoral. Em ano de eleição presidencial e ameaças concretas à democracia, as eleições da UFBA servem de referência para os desafios ainda maiores que vêm em seguida.

Diretoria da APUB ■

APUB SINDICATO
Filiado
PROIFES CUT BAHIA

Jornal da Apub Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia. Rua Prof. Aristides Novis, 44, CEP 40210-630, Federação, Salvador-Bahia.

DIRETORIA
PRESIDENTA: Raquel Nery Gomes Lima (FACED/UFBA), DIRETORA FINANCEIRA Auristela Felix de Oliveira Teodoro (FCC/UFBA), DIRETOR ACADÊMICO Márcio André de Oliveira dos Santos (IHL/UNILAB), DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E CULTURA Marco Cerami (IME/UFBA), DIRETOR SOCIAL E DE APOSENTADOS Manoel Marcos Freire d'Aguiar Neto (IF/UFBA/APOSENTADO), DIRETOR ADMINISTRATIVO Renato Francisquini Teixeira (FFCH/UFBA)

CONSELHO FISCAL
Titulares: Sílvia Lúcia Ferreira (EE/UFBA), Nazareth Viana (FAR/UFBA/APOSENTADA), Liliane Conceição de Jesus (CRECHE/UFBA), Suplentes do Conselho fiscal, João Augusto de Lima Rocha (POLITÉCNICA/UFBA/APOSENTADO), Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (IPSS/UFBA)

CONSELHO DE REPRESENTANTES
UFBA/SALVADOR - Titulares: Meran Muniz da Costa Vargens (TEATRO/UFBA), Joviniano Soares de Carvalho Neto (FFCH/UFBA/APOSENTADO), Tânia Fraga Barros (FAR/UFBA), Suplentes: Waldomiro José da Silva Filho (FFCH/UFBA), Paulo Roberto Ferreira de Moura Bastos (POLITÉCNICA/UFBA/APOSENTADO), Fernanda Figuerêdo Almeida (CRECHE/UFBA);

ICTI/UFBA – CAMAÇARI - Titular: Anastácio Pinto Gonçalves Filho; Suplente: Paulo de Freitas Castro Fonseca;

IMS/CAT/UFBA – VITÓRIA DA CONQUISTA - Titular: Mariluze Peixoto Cruz, Suplente: Leila Costa Cruz;

IFBA - Titular: Pablo Vieira Florentino, Suplente: Maria Auxiliadora Lima Dias da Silva

UFOB - Titular: Poty Rodrigues de Lucena.
UFRB - Titular: Geraldo Sampaio Costa, Suplente: Valfredo da Silva Pereira;

UNILAB/CAMPUS DOS MALÊS - Titular: Carine Gurunga de Matos, Suplente: Eliane Gonçalves da Costa

Redação e edição: Ana Fernanda Souza, Clarissa Viana, Lucas Soares e Carlos Antônio - ascom@apub.org.br. **Revisão**: Manoel Marcos Freire d'Aguiar Neto, Lucas Soares e Creane Bomfim. **Layout e diagramação**: Carlos Vilmar. **Impressão:** Gráfica Santa Helena. Tiragem: 5.000 exemplares. Fechamento da edição: 15/06/2026.

IMAGEM CAPA:
Lucas Soares - Ascom/Apub

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

71 3235-7433 | 71 9.9157-0037
apub@apub.org.br | www.apub.org.br
apubsindicato | ApubSindicato
apub.sindicato

VIOLÊNCIA

Assédio na UFBA: medidas buscam enfrentar problema histórico

Embora seja um ambiente de circulação de ideias, democracia e liberdade, a universidade infelizmente não está livre de situações de assédio. Essa triste realidade foi atestada por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), divulgada em março de 2025, que avaliou a eficácia dos sistemas de prevenção e combate ao assédio em universidades federais. Segundo o levantamento, 60% das instituições, incluindo a UFBA, não apresentavam política institucionalizada ou plano de prevenção; 73,9% careciam de protocolos de acolhimento e 79,7% não tinham diretrizes para a atuação de equipes de apuração sob a perspectiva de gênero.


Gemini.com

A fiscalização do TCU foi motivada pelo aumento de 44,8% no número de processos sobre assédio sexual entre 2021 e 2023. Os casos no ambiente universitário foram apontados como recorrentes pelo órgão, que registrou 641 processos correcionais abertos entre 2022 e março de 2024, além de denúncias em 57 das 69 instituições federais de ensino.

Na UFBA, as lacunas no sistema começaram a ser reparadas com a criação da Câmara Permanente de Prevenção, Acolhimento e Enfrentamento às Situações de Assédio Moral, Sexual, ao Racismo e Todas as Formas de Discriminação. A conquista histórica foi reivindicada pela APUB desde o início da gestão "Tecendo o Amanhã" e oficializada pela Reitoria em maio de 2024 (Portaria nº 144), como resposta à pressão organizada do sindicato diante do crescimento de relatos de assédio e violência no ambiente universitário.

Outro passo fundamental é a criação de políticas e protocolos de acolhimento. Em novembro de 2025, foi instituída a Comissão Organizadora para conduzir a consulta pública da minuta da Política de Prevenção, Acolhimento e Enfrentamento aos Assédios. Aberta à comunidade universitária, a escuta ocorreu até abril de 2026, por formulário e audiências presenciais nos campi.

Acesse o QR code abaixo e leia a entrevista com a equipe da ouvidoria da UFBA e confira também os dados completos da Auditoria do TCU.

Na audiência direcionada à categoria docente, realizada na sede da APUB, a presidenta do Sindicato, Raquel Nery, detalhou as contribuições elaboradas pela Assessoria Jurídica da entidade: "sugerimos que sejam definidos protocolos de assédio moral e sexual, protocolos de racismo e discriminação e de violência institucional. Tudo isso a partir da perspectiva da proteção a/ao docente", resume Raquel. O documento também aponta a necessidade de normativas que dêem conta de sanções ao corpo discente, em situações de agressão de estudantes contra professoras/es. Conforme o cronograma da Portaria nº 009/2026, a versão consolidada da política será apresentada no dia 30 de junho deste ano.

Enfrentamento à Violência de Gênero

Também em novembro de 2025, a UFBA criou a Ouvidoria das Mulheres, braço especializado da Ouvidoria-Geral focado no combate à violência de gênero. Segundo a ouvidora das mulheres, Darlane Andrade, o órgão tem acompanhado diversas situações de violência, sendo as mais recorrentes as denúncias de importunação sexual, constrangimento público, assédio moral, violência virtual, transfobia, racismo, psicofobia e violência física, encaminhadas para apuração.

"As mulheres têm mostrado significativo sofrimento psíquico como consequência das violências sofridas, com comprometimento no trabalho e estudo", ressalta Darlane. Segundo a ouvidora, são muitos os desafios do trabalho de enfrentamento, no âmbito da Universidade, às violências de gênero "que trazem as marcas de uma cultura patriarcal, misógina e discriminatória às mulheres e suas interseccionalidades".

Além da necessidade de equipe e orçamento, a ouvidora menciona os "impasses na apuração principalmente de situações envolvendo discentes e que demandam a constituição de comissões de apuração por parte das direções das unidades onde os fatos acontecem".

Lentidão nos processos

Apesar dos avanços, a celeridade nas apurações continua sendo um gargalo. Um exemplo é o caso da professora de Direito agredida verbalmente por um representante discente durante uma reunião virtual da Congregação do curso. Passados mais de oito meses do episódio, que teve acompanhamento da APUB, nenhuma medida punitiva concreta foi adotada.

Em postagem nas redes sociais, a promotora de justiça, Marcia Teixeira, questiona a falta de resposta institucional para o caso, lamentando que o debate tenha, segundo ela, se deslocado para a própria denúncia: "O que mais nos chama atenção neste episódio não é apenas a gravidade da expressão atribuída ao estudante. É a facilidade com que parte do debate se deslocou para a conduta da professora que denunciou. Como se denunciar fosse mais perturbador do que a própria agressão", afirmou a promotora.

A docente, que pediu afastamento após o ocorrido, respondeu o conteúdo: "Embora a dor seja solitária, viver é coletivo. Agradeço, comovida, a postagem corajosa e potente, que rememora uma vivência traumática, a qual não será "arquivada" pelas mãos generosas do tempo, e que reafirma o papel das instituições de ensino superior na formação de sujeitos éticos, não a partir de discursos vazios, mas da única ética em que acredito: a ética do exemplo".

Segundo a Ouvidoria da Mulher, o caso foi encaminhado para apuração e, após a finalização da Comissão de Sindicância, decidiu-se pela instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), para o qual uma nova comissão foi constituída.

Atendimento nas unidades

A definição de um protocolo geral caminha lado a lado com iniciativas locais. É o caso da Comissão Permanente de Combate e Prevenção ao Assédio e à Violência de Gênero (CPCA), que atua na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) e do Instituto de Psicologia e Serviço Social da UFBA (IPSS). O CPCA oferece acolhimento e suporte para estudantes, funcionários/as, terceirizados/as, técnicos/as administrativos e docentes de FFCH e IPSS.

A professora Camila Tribbes (FFCH/UFBA) acredita que uma instância mais próxima da comunidade é uma estratégia importante. "A nossa proposta é que cada unidade tenha a sua comissão. Elas são a primeira porta que as pessoas vão ter confiança de chegar para falar, para se sentir acolhidas e para elaborar as denúncias. A ouvidoria é muito importante, mas ela já fica um pouco mais longe do imaginário das pessoas", avalia.

Mesmo sem dados totalmente sistematizados, Camila destaca o impacto do assédio na saúde mental coletiva: "Para as/os professoras/es e para as/os técnicas/os também tem um processo de adoecimento. E aí isso se junta com a precarização do nosso trabalho, estamos todas/os muito sobrecarregadas/os. E com essa sobrecarga, todo mundo se sente também mais cobrado, precisa fazer mais coisas, precisa render mais e isso vai gerando um clima também mais propício, digamos assim, ao assédio moral, principalmente nas unidades", avalia.

Em maio deste ano, a CPCA realizou seu 3º Seminário de Prevenção e Combate ao Assédio, lançando uma Cartilha de Orientação e Acolhimento com normativas legais, exemplos práticos e distinções entre assédio moral, sexual e violências de gênero. O encontro também tratou das normativas da CAPES e CNPQ (Portaria CAPES nº 45/2026 e Portaria CNPq nº 2.664/2026), que estabelecem a obrigatoriedade de ações preventivas, garantia de acolhimento e sanções severas para casos de assédio, incluindo o afastamento de orientadoras/es e a perda de bolsas e fomento. ■

DIREITOS



Quando ensinar é um perigo

Rigor excessivo na concessão de adicionais leva a judicializações e desgastes.

Quem imagina o trabalho de um professor/a, pensa em uma sala com quadro, projetor, carteiras, talvez aulas de campo, incursões a biblioteca e laboratório de computadores - em suma, atividades seguras. A situação muda de figura quando o professor/a em questão atua no magistério superior. Nesse caso, os atos de ensinar, pesquisar e fazer extensão podem ser sinônimos de ameaça à saúde ou à integridade física.

Professores/as que exerçam atividades que os/as ponham em risco podem ter direito à adicional e à contagem de tempo especial. Na UFBA, os direitos devem ser requeridos junto à PRODEP. O processo é administrativo e tinha tudo para ser simples, mas nem sempre é assim: É o caso do professor Antônio de Lisboa Ribeiro Filho, da Faculdade de Medicina Veterinária.

Ele recebe desde 1994 (ano em que ingressou como professor na UFBA) o adicional por insalubridade de grau médio - conforme o anexo 14 da Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) de 1979. Mas quando solicitou a conversão de tempo especial em comum, em 2022, teve seu pedido negado. O motivo: para avaliar se o professor tinha ou não o direito, o Serviço Médico da UFBA (SMURB) se baseou em laudos antigos, elaborados pelo Ministério do Trabalho, e que não listavam a ocupação do professor - um contrassenso por si só.

> **"Sugere má vontade até mesmo em ler e refletir sobre o pedido, analisar a legislação e os documentos comprobatórios" (Avaliação de uma professora de Medicina Veterinária que preferiu não se identificar).**

Apesar da ausência do cargo de professor/a, os laudos elaborados pelo Ministério do Trabalho deixavam uma brecha, que o professor Lisboa usou como justificativa nas mais de 500 páginas de seu processo: no final do documento, há a ressalva de que "Todo e qualquer trabalhador que não tenha sido contemplado nesse laudo pericial, mas que no exercício das suas funções por motivo de desvio de função, exerça atividade de insalubridade ou periculosidade, fará jus ao adicional a função exercida". Ainda assim, o Serviço Médico manteve a negativa.

Mesmo de posse de seu Perfil Psicográfico Previdenciário (PPP) e do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LCAT), documentos feitos pela própria Universidade e que atestam que o professor Lisboa dedica metade de sua carga horária a atividades de risco, o docente teme que a negativa da conversão da contagem de tempo especial traga alguma consequência negativa: "Eu tenho até medo. Se eles não estão me dando, não estão convertendo, quer dizer o quê? Que eles não reconhecem a insalubridade que eu recebo. Se eles não reconhecem, será que eu vou ter que devolver esse dinheiro? Não sei o que fazer". Diante das negativas da Universidade, o professor Lisboa optou por judicializar.

Rigor excessivo - A perspectiva de que haja rigor excessivo por parte do SMURB é compartilhada por outros/as professores/as que também trabalham expostos a riscos. "Na minha opinião, os peritos são rigorosos", opina Denis de Melo, diretor da Faculdade de Farmácia, onde a exposição a riscos é constante. "Os riscos principais a que nós estamos expostos são riscos de exposição a substâncias tóxicas, inflamáveis e explosivos, mas muito mais tóxicas e inflamáveis", explica o Diretor do Instituto de Química, professor Martins Dias de Cerqueira. "Essa conduta da UFBA, diante do pedido de ter seu direito meramente concedido a professores/as que trabalharam durante mais de 20 anos em atividades insalubres, por vezes arriscadas e em atendimento ao público em aulas práticas, no mínimo sugere má vontade até mesmo em ler e refletir sobre o pedido, analisar a legislação e os documentos comprobatórios", avalia uma professora de Medicina Veterinária, que preferiu não se identificar, mas que passa por uma situação semelhante à do professor Lisboa.

"Sobre a crítica acerca do rigor, é importante sinalizar que os/as técnicos/as não realizam avaliações do senso comum! Existem regras e legislações, sobretudo no serviço público, para regulamentar essas concessões", explica a diretora do Serviço Médico da UFBA, Luciana Boa Morte. A própria Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) reconhece que as normas nas quais o Serviço Médico se baseia para avaliar os pedidos não dão conta da complexidade da atuação do professor, principalmente quando se trata de risco biológico: "Há uma grande crítica, e a gente se soma a isso, de que há determinados ambientes e atividades aqui na universidade a que o/a servidor/a, seja ele professor/a ou técnico/a, não vai chegar a ter uma exposição para atender esse critério de ser a metade da carga horária, mas há um risco elevadíssimo", explica o Pró-Reitor Jeilson Andrade. O critério de metade da carga horária atende ao princípio da habitualidade, que está na Instrução Normativa 15 de 2022 (IN-15/2022) do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI).

Também não faltam comparações com a forma como o processo caminha em outras instituições federais de ensino, que fariam outras interpretações da Lei, mais adequadas à experiência do magistério superior. "Temos informações de que em outras universidades do Brasil, inclusive federais, a avaliação de insalubridade é diferente da UFBA. Pagamento é para todos os frequentadores do ambiente geral e não de laboratório específico", relata o professor Martins. "Isso é comum nas universidades federais. Ceará faz isso, Campina Grande faz, Rio de Janeiro, se você entrar no site, tá lá o passo a passo de como você pedir. Aqui é um negócio burocrático", avalia o professor Lisboa, que inclui ainda as Universidades Federais do Mato Grosso do Sul e de Sergipe na lista.

Jeilson não nega a diferença, e a atribui ao fato de a UFBA ter um serviço médico separado da pró-reitoria de pessoal. "Há uma diferença [entre o processo na UFBA e em outras universidades]: às vezes o processo nas demais universidades é um pouco mais curto porque a análise é feita dentro da Pró-reitoria. Então isso tudo se resolve dentro do RH, vamos dizer assim. No caso aqui da UFBA, tem essa passagem pelo serviço médico, que é um equipamento de saúde, vamos colocar desse modo, um centro multi-

profissional de saúde que a universidade tem", explica Jeilson Andrade.

Para o gestor, o rigor tem fundamento na própria lei usada para avaliar a concessão dos adicionais. "A Instrução Normativa diz que o gestor ou dirigente de recursos humanos que fizer uma concessão indevida pode ser penalizado administrativamente e juridicamente, simplesmente porque isso significa um custo público, um valor que a administração pública paga em função desses adicionais. Então, há sempre uma compreensão do governo de que toda concessão deve ser feita com o máximo de critério", explica o gestor. "A gente tem que ser atento a isso para não dar nenhum problema no futuro".

Em maio de 2026, dos 2.778 docentes da UFBA, 374 recebem adicional de insalubridade, 10 recebem adicional de periculosidade e 17 recebem gratificação por atividade com raio-x. Mas os desafios apontados pelos docentes à conquista do direito levam a crer que o número de professores/as que recebem o adicional hoje esteja subestimado - caso por exemplo da professora Elizabeth Gerardo Neves, do Instituto de Biologia, que além das atividades laboratoriais, faz pesquisa em ambiente marinho: "O mergulho científico envolve exposição a riscos ocupacionais específicos e amplamente reconhecidos, incluindo doença descompressiva, embolia gasosa, afogamento, alterações fisiológicas decorrentes da pressão, correntes marinhas, baixa visibilidade, acidentes com embarcações, condições meteorológicas adversas e contato com organismos potencialmente peçonhentos ou urticantes", descreve. Apesar de toda a exposição por conta do trabalho no mar e no laboratório, o laudo da professora foi considerado inconclusivo e, por isso, ela não recebe o adicional.

Judicialização é um caminho - O procedimento para solicitar os adicionais em caso de trabalho exposto a risco obedece a um fluxo: tudo começa no site da UFBA, onde o/a professor/a preenche um requerimento, no qual se identifica, informa sua carga horária, quais atividades realiza e qual tipo de adicional ele entende ser o adequado para ele. "Por exemplo, oito horas em sala de aula, que pode ser um ambiente que não tem nenhum tipo de risco; um tempo de reunião administrativa de departamento, colegiado, um tempo de orientação de atendimento ao aluno e um tempo em laboratório", explica Jeilson Andrade. Esse é um processo administrativo que não demanda um advogado, mas a APUB presta assistência jurídica aos docentes já nessa etapa.

Esse requerimento recebe a assinatura da chefia imediata, que atesta as atividades ali desenvolvidas, e segue para o SMURB, que é quem faz a análise. "Uma vez caracterizada essa exposição para atividade que a pessoa faz, naquele ambiente e em determinada carga horária, o serviço médico emite um laudo, cadastra esse laudo no sistema de pagamento e manda para a pró-reitoria. Quando o processo finalmente chega aqui, a gente emite uma portaria de concessão e inicia o pagamento com base naquele laudo que vai estar cadastrado", explica o pró-reitor.

Se tudo der certo - por exemplo, se o ambiente em que a pessoa trabalha já foi previamente periciado - a resposta ao requerimento pode chegar em um mês. Mas esse tempo pode se alongar caso se trate de um ambiente novo da universidade, que ainda não tenha sido periciado. Em caso de indeferimento, o docente pode recorrer da decisão e, em última instância, judicializar.

De acordo com a Lei, o adicional de insalubridade se mantém enquanto o trabalhador estiver trabalhando exposto ao risco. O problema acontece quando o/a docente assume um cargo comissionado ou função administrativa, mesmo seguindo exposto aos riscos, ele perde o adicional e precisa fazer nova solicitação. Fica subentendido que, ao assumir uma função, por exemplo, de chefe do colegiado, a exposição ao risco diminuiria - mas não é o que acontece, pois as atividades de ensino e pesquisa a que o/a professor/a se dedica seguem inalteradas.

A judicialização acaba sendo um caminho para as/os docentes que vêem esgotadas as tentativas de diálogo com a Universidade. A PRODEP estima entre dois e quatro casos judicializados por ano. Judicializar também é um caminho para quando a norma está desatualizada e não comporta a atividade que o professor realiza, o que gera negativas, caso do Instituto Multidisciplinar de Saúde (IMS) da UFBA, em Vitória da Conquista, como relata o diretor Márcio Vasconcelos Oliveira, a respeito de professora que teve o pedido negado em sua unidade, com a justificativa de que "a legislação não prevê o risco que ela aponta, o que eu acho que é falho, porque se trata de uma professora que trabalha muito com biologia molecular e tem reagentes, inclusive, que são mutagênicos", explica.

Apesar de desgastante e demorado, o ingresso na justiça é um caminho para a conquista do direito. "Ao entrar na justiça, pode ser necessária a realização de outro laudo, o que é uma coisa boa", avalia o advogado Pedro Ferreira, da Assessoria Jurídica da APUB. "A gente pede para que seja nomeado um perito independente. Depende muito de cada vara na Justiça, mas esse é um processo entre um a cinco anos e quando a universidade perde, ela geralmente recorre". Como qualquer ação, o resultado não é garantido, mas "em média, é mais vitorioso", avalia o advogado.

Falta de estrutura também é insalubridade - Para além da insalubridade ou periculosidade intrínsecas ao trabalho docente - como a atuação em um laboratório ou a agentes biológicos da área de saúde - o/a docente lida ainda com outros riscos, que advém da falta de infraestrutura adequada. O professor Martins conta que por três vezes solicitou formalmente a instalação de uma sirene no Instituto de Química, solicitação essa que se perdeu nos labirintos burocráticos todas as vezes:

"Esse prédio precisou ser evacuado quatro vezes, uma por causa de um incêndio e três por causa de algum vazamento, uma distribuição de substância perigosa. Nenhuma dessas vezes tinha um alarme para avisar todo mundo. E até hoje a gente não tem", narra o professor, que já ouviu diversas vezes que a solicitação seria "facilmente" atendida. Pelas próprias características do Instituto de Química, uma sirene para informar um potencial acidente seria uma medida de segurança também para os prédios da vizinhança. "Eu estou num prédio que eu tenho cilindros de gás que são inflamáveis e explosivos, em que eu tenho solventes orgânicos na faixa de toneladas que todos são inflamáveis, alguns são explosivos. Tenho substâncias químicas diversas que causam diversos problemas de saúde e todas são inflamáveis", explica. "Dependendo do que vaze aqui, afeta todo mundo", completa.

A falta de acessibilidade de algumas unidades, que leva as pessoas com deficiência a fazerem "arranjos" para poderem frequentar as aulas, é outro ponto apontado pelo professor como um perigo desnecessário e que se resolveria com medidas simples. Ele se refere por exemplo à solicitação de adaptação de uma rampa do Instituto para o uso de cadeirantes, que levou um ano para ser atendida. Feita originalmente para receber cilindros de material, a rampa não contava com corrimão ou guarda-corpo, um risco potencial para os usuários.

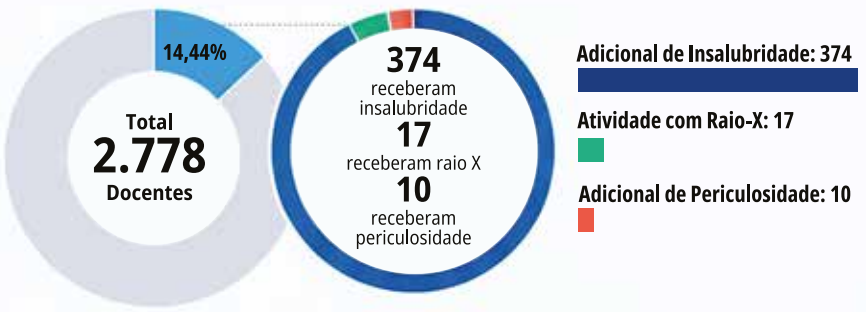
A professora Elizabeth concorda que a discussão sobre insalubridade não deve ser limitada a situações isoladas ou exclusivamente laboratoriais e enumera alguns dos riscos que identifica no Instituto de Biologia: "deficiências relacionadas à proteção contra incêndios, como a insuficiência de armários de segurança para armazenamento de produtos inflamáveis, número reduzido de capelas de exaustão para atividades laboratoriais e ausência de espaços adequados destinados ao atendimento inicial de emergências e primeiros socorros". Riscos desnecessários, mas reais, que docentes passam todos os dias em seu ofício de construir uma universidade pública, gratuita e de qualidade.■

A Luta pelos Adicionais: Insalubridade e Periculosidade na UFBA

Docentes da UFBA enfrentam barreiras burocráticas e rigor excessivo para acessar direitos garantidos por lei. Apenas uma fração dos profissionais recebe os adicionais, apesar dos riscos reais.

O Cenário em Números

(Maio/2026)



O Fluxo do Processo Administrativo



Exemplos de Riscos e Obstáculos



Riscos Invisíveis e Reais
Exposição a substâncias, mergulho científico e falta de sirenes ou infraestrutura.

Rigor Pericial Excessivo
Uso de laudos desatualizados e interpretações restritivas das normas vigentes.

Regra da Habitualidade (50%)
Exigência de exposição ao risco em pelo menos metade da carga horária.

CONSULTA PÚBLICA

Consulta sistematiza pautas prioritária para docentes da UFBA



A APUB realizou, entre os dias 05 e 18 de maio, uma consulta pública direcionada aos docentes da UFBA, com o objetivo de contribuir para os debates durante a primeira eleição direta para a Reitoria da Universidade. Intitulado "Docência em Debate: Escuta Sindical para as eleições da UFBA". As respostas evidenciam uma percepção convergente sobre o papel estratégico da universidade pública, revelando ainda forte preocupação com as condições de trabalho, a burocratização da atividade docente e as tensões institucionais no interior da Universidade.

O formulário, composto de 14 enunciados pré-formulados, avaliados em uma escala de importância de 1 a 5, abarcou questões que afetam as/os docentes em sua dimensão subjetiva e laboral, contemplando tanto desafios estruturais e de longo prazo quanto demandas imediatas do cotidiano universitário. Os/as professores/as também puderam sugerir novos tópicos que considerassem relevantes. A partir das respostas, a APUB elaborou um documento síntese entregue às quatro chapas que disputaram o pleito para a Reitoria.

Participaram da consulta 77 docentes, entre ativos e aposentados/as, filiados/as e não filiados ao sindicato. Os respondentes ingressaram na universidade entre as décadas de 1960 e 2024, compondo um quadro geracional diverso, oriundo de diferentes unidades da UFBA: Instituto de Matemática e Estatística, Faculdade de Educação, Instituto de Biologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Escola Politécnica, Instituto Multidisciplinar em Saúde, Faculdade de Economia, Medicina Veterinária e Zootecnia, Creche UFBA, Instituto de Química, Instituto de Psicologia, Instituto de Letras, IHAC, Geociências, Instituto de Física, Odontologia, Farmácia, Comunicação, Direito, Ciências Contábeis, Escola de Nutrição, IMRS e ICTI Camaçari.

Universidade e questões orçamentárias

A consulta revelou forte convergência em torno da defesa da universidade pública como pilar estratégico de um projeto de Estado comprometido com o desenvolvimento científico, a soberania nacional e a redução das desigualdades sociais. O tema aparece como o de maior consenso entre os participantes: 81,8% atribuíram nota máxima ao eixo, percentual que chega a 96,1% quando somadas as notas 4 e 5.

A garantia do orçamento público aparece como condição essencial para que a universidade cumpra sua função social. Foi a pauta que recebeu o maior índice de avaliações máximas da consulta: 84,4% atribuíram nota 5, alcançando 97,4% na soma das notas 4 e 5.

As questões socioeconômicas e as políticas de permanência estudantil também surgem como preocupação central. Para 72,7% dos respondentes, o tema possui importância máxima, chegando a 93,5% nas avaliações combinadas entre 4 e 5.

"A autonomia universitária é um dos fundamentos da nossa atuação, envolvendo liberdade de expressão, liberdade acadêmica e autonomia política. Devemos ter o máximo de espaço possível para explorar o livre pensar [...]. Porém, como uma instituição pública, temos de prestar contas à sociedade das nossas ações e dos recursos aplicados pela sociedade na instituição."*

Condições de trabalho e infraestrutura

As pautas relacionadas às condições de trabalho, infraestrutura e simplificação administrativa também aparecem entre as prioridades da categoria. Mais de 90% dos respondentes classificaram esses temas entre os mais importantes da consulta. Esses resultados confirmam a percepção, já sistematizada pelo movimento docente, de que pelo menos três fatores acumulados afetam a saúde docente: sobrecarga de trabalho, ambiente institucional conflituoso e infraestrutura precária.

A pressão por produtividade, associada ao crescimento das demandas burocráticas, aparece como um dos principais fatores de desgaste. Ao todo, 88,3% dos/as docentes associam o adoecimento crônico à sobrecarga de trabalho. O cenário é agravado pela insuficiência de servidores/as técnico-administrativos/as, resultado da falta de reposição de vagas e da desestruturação da carreira dos/as TAEs.

Também aparece com destaque a demanda pela simplificação dos processos de progressão e promoção docente. Mais da metade dos participantes considera urgente a revisão desses fluxos administrativos, tema que atinge 85,7% de importância combinada das notas 4 e 5.

"Precisamos quebrar os vícios administrativos que permeiam os poderes institucionais e alimentam os nichos sistêmicos [...]. Defendo a criação de mecanismos independentes de escuta e apuração, transparência ativa sobre processos administrativos e revisão dos protocolos sindicais de acompanhamento."*

Democracia institucional e relações de trabalho

Outro eixo de destaque diz respeito às tensões institucionais e às relações de trabalho dentro da universidade. Mais de 75% dos/as participantes cobraram ações rigorosas de enfrentamento às violências institucionais, ao assédio e às diferentes formas de discriminação.

As respostas indicam sensação de baixa participação nos processos decisórios, concentração de poder e enfraquecimento dos espaços coletivos de diálogo. Nesse contexto, surgem as demandas por descentralização da gestão além do fortalecimento dos mecanismos de escuta e criação de políticas permanentes de mediação e acolhimento. A defesa de maior transparência administrativa e de mecanismos institucionais de acompanhamento também aparece entre as respostas abertas, associada à necessidade de democratização da gestão universitária.

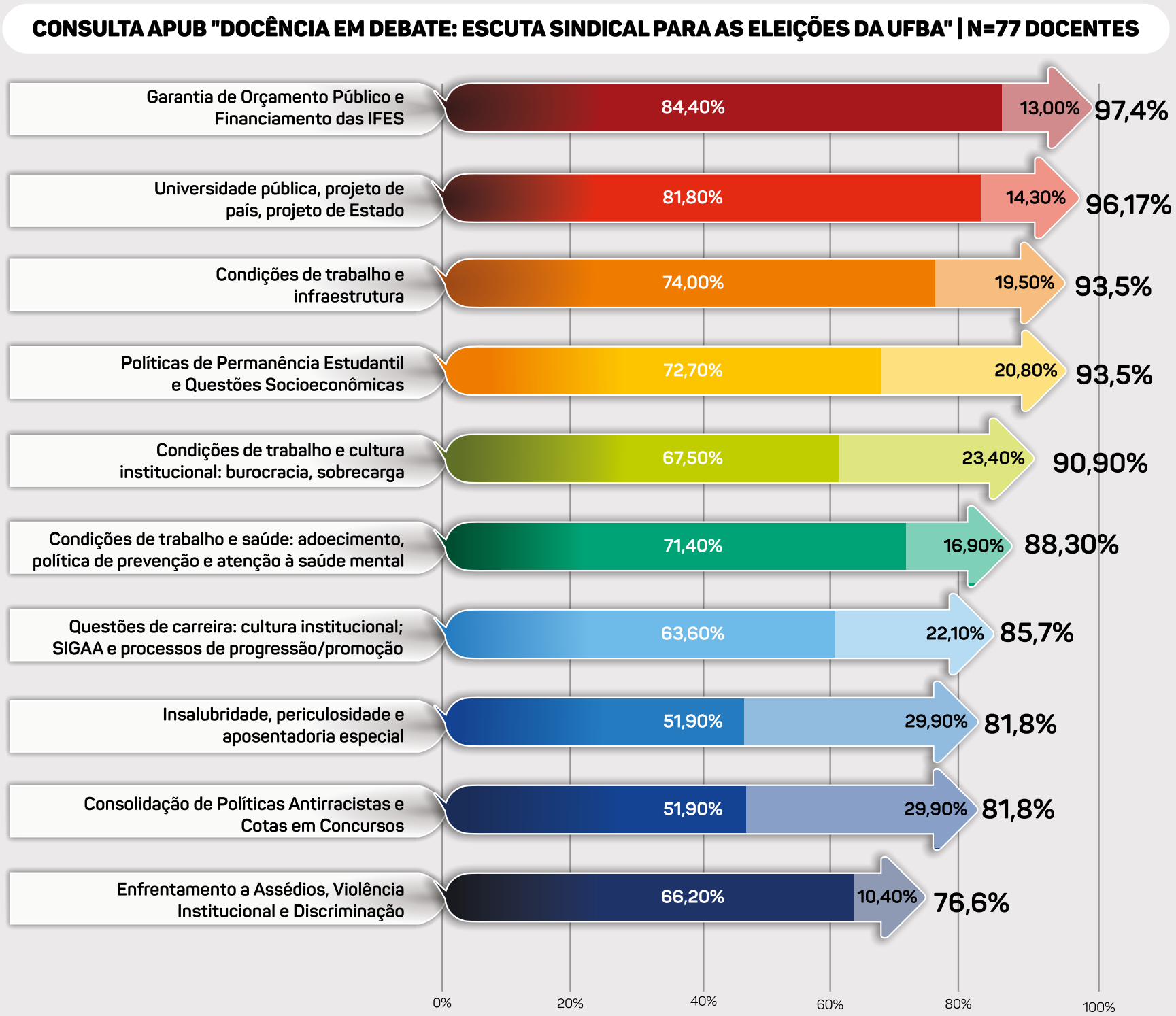
A pauta das cotas raciais nos concursos docentes aparece como tema de grande relevância política e institucional. Ao todo, 81,8% das respostas atribuíram elevada importância (notas 4 e 5 combinadas) ao fortalecimento das políticas antirracistas e à consolidação de mecanismos de reparação das desigualdades históricas, com 51,9% dos respondentes avaliando o tema com a nota máxima.

A consulta reafirma que a universidade pública permanece como espaço fundamental de produção científica, inclusão social, formação crítica e construção democrática, exigindo compromisso permanente com sua reconstrução institucional e defesa pública. ■

> **Importante discutir transparência e prestação de contas das verbas recebidas pela administração central; gestão da infraestrutura física e virtual; criação de espaços de convivência e bem-estar; e mecanismos de progressão automática docente."***

Ranking dos 10 temas mais importantes para docentes

Percentual que atribuiu alta ou máxima importância — soma das notas 4 e 5. Segmento escuro indica Nota 5



> **A opinião científica sobre temas que afetam a comunidade baiana: transporte e mobilidade, racismo e ecologia, segurança escolar, segurança pública, segurança epidemiológica... E vários outros onde a opinião científica deveria ser a primeira a ser ouvida."***

> **Precisamos concentrar esforços nas questões locais que podem ser discutidas e modificadas por dentro da UFBA, como insalubridade e periculosidade, o fortalecimento do SIGAA [...]. Precisamos também garantir auxílio-transporte para deslocamentos relacionados às atividades docentes, de campo e extensão."***

*Elaborações espontâneas dos docentes participantes da consulta pública para sistematizar demandas da categoria

ATOS E AÇÕES

Da memória à resistência: APUB fortalece mobilizações e pautas da categoria docente



No último Dia Internacional da Mulher, a diretoria e as/os docentes filiadas/os à APUB uniram-se à tradicional marcha em Salvador para defender a vida, a dignidade e a igualdade de direitos das mulheres.



Quarta cerimônia de entrega de certidões de óbito retificadas de vítimas da ditadura militar no Brasil, ocorrida no dia 31 de março, data que marcou os 62 anos do golpe militar de 1964.



Por mais um ano a APUB auxiliou as/os suas/seus filiadas/dos a ficar em dia com o "leão", em parceria com a Faculdade de Ciências Contábeis/UFBA, o serviço foi prestado na sede do sindicato.



Primeira edição do Bar D.E. de 2026 tem lançamento de pesquisa sobre violência política e de gênero.



A APUB esteve presente na tradicional Marcha do Silêncio que está em sua sétima edição. Promovida pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM).



APUB promove roda de conversa "Como vai ficar o salário?", que reuniu docentes em café da manhã. A profª Raquel Nery sanou dúvidas sobre remuneração.



A APUB sediou a quinta Audiência para a construção da Política de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios, Racismo e Discriminações da UFBA.



A APUB reuniu docentes, pesquisadores/as e representantes de instituições ligadas à educação para celebrar a vida e a obra de Anísio Teixeira.



APUB em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens trouxe a público a exposição "Arpilleras – Mulheres Atingidas Bordando Direitos".



A Mudança do Garcia completou oficialmente 96 anos de alegria no carnaval de Salvador. A APUB desfilou junto com a CUT e sindicatos parceiros.